

Bloco de Esquerda leva Casa do Douro ao Parlamento

28-Jan-2011

O Parlamento vota sexta-feira o projecto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda (BE) que recomenda ao Governo que assuma as suas responsabilidades no saneamento financeiro da Casa do Douro (CD) e viabilize o pagamento dos salários em atraso.

O deputado do BE

Pedro Soares disse hoje à Agência Lusa que esta é a primeira iniciativa na actual legislatura sobre o organismo que vive «asfixiado» com uma dívida superior a cem milhões de euros e onde os funcionários do quadro privado já não recebem salários há mais de ano.

Depois de ter

sido debatida em sede da Comissão Parlamentar de Agricultura, o Projecto de Resolução do BE sobre sexta-feira a plenário para votação final.

O Bloco quer que

«seja assumido pelo Estado, com carácter de urgência e em acordo com a CD, o processo de saneamento financeiro da instituição».

Para o efeito,

defende que regressem à CD as competências e os respectivos meios financeiros que garantam a sua sobrevivência, como o cadastro e a comercialização de vinho, bem como que, no âmbito das propostas do Governo, sejam incluídos os meios concretos para o desempenho das tarefas públicas estabelecidas pelos estatutos.

O partido quer ainda uma clarificação da

«incoerência» entre a lei orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) e os estatutos da CD no que diz respeito ao cadastro, já que o instituto público reivindicou a elaboração desta espécie de Bilhete de Identidade das vinhas do Douro.

E que, no

imediato e por conta dos montantes apurados no processo de cobrança de quotas devidas à organização duriense, o IVDP adiante das suas reservas um valor até 1,3 milhões de euros ou, como alternativa, resolva a dívida do instituto público à CD por serviços prestado entre 2005 e 2007, no mesmo montante.

Isto para que, em exclusivo, a CD proceda ao pagamento dos salários em atraso dos seus funcionários.

O deputado destacou o
 «drama pessoal» vivido pelos trabalhadores e considerou que foi criada uma situação de
 «dupla gravidade».

«Por um lado a
 a situação económica e social dos próprios trabalhadores, que a
 insustentável, e da própria CD porque, a medida que os trabalhadores vão
 pedindo a suspensão do contrato
 para poderem pedir o subsídio de desemprego, vai ficando sem os
 técnicos essenciais para que possa cumprir as suas funções», salientou.

O BE deixou ainda
 duras críticas ao ministro da Agricultura, António Serrano, que há um
 ano prometeu para Janeiro de 2010 uma resolução para o organismo e que
 ainda não foi concretizada.

Em Dezembro, o presidente da CD, Manuel António Santos, afirmou que o processo de negociação da dívida com o
 Estado está parado.

«O Governo
 iniciou negociações conosco em Dezembro de 2009, chegou a Junho
 apresentou uma proposta e nunca mais soubemos de nada. A negociação
 acabaram eu sei lá se naturalmente
 ou se por decisão de quem», disse na altura.

Lusa/ SOL

27 de Janeiro, 2011